



6 Entrevista

Miguel Prudêncio
Investigar uma vacina para a malária
João Carlos

38 **OPINIÃO**
Alves da Rocha

40 **CABO VERDE**
 Analisar o futuro
Natacha Mosso

44 **GUINÉ-BISSAU**
 Procurar a confiança internacional
Almami Júlio Cuiaté

50 **MOÇAMBIQUE**
 Acidentes na estrada
Emanuel Novais Pereira

52 **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 Caminhos para o desenvolvimento
Juvenal Rodrigues

59 **CPLP**
 Balanço e desafios
João Carlos

64 **CHILE**
 As promessas de Bachelet
Manrique S. Gaudin

86 **CINEMA**
 A aventura de Nollywood
Itamar Souza

Rubricas

- 11 Antena21
- 20 Gente
- 75 Insumos
- 89 Cults
- 92 Livro do Mês
- 94 Ver, Ouvir Ler

Crónicas

- 43 Corsino Tolentino
- 63 Luís Cardoso
- 85 José Carlos de Vasconcelos
- 96 João Melo

A aberrante discriminação sexual



carlospintosantos.africa21@gmail.com

São números enormes. Em África, 38 dos 54 países do continente têm legislação a punir os atos homossexuais considerados «crimes» que podem chegar, em alguns casos, à prisão perpétua ou até à pena de morte.

Estas aberrantes condenações são suportadas por leis recentes de vários governos, como acontece no Burundi, Sudão do Sul, Uganda, Libéria e Nigéria. Nestes países não estão legisladas (por enquanto?) execuções mortais. Mas a tortura e a morte para homens e mulheres homossexuais tem força de lei na Mauritânia, Somália e Sudão. Refira-se que, fora de África, a pena de morte também é autorizada na Arábia Saudita e no Irão.

Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros do Uganda foi eleito para presidente da Assembleia da ONU que vai assumir em setembro, isto desencadeou manifestações um pouco por todo o mundo. O ministro ugandês é acusado por várias acusações de corrupção, mas as origens das manifestações estão no seu posicionamento contra os homossexuais e no apoio explícito dado à lei que agrava a punição destes cidadãos, podendo ir até à prisão perpétua.

Em direção oposta ao rumo recente do Uganda e da Nigéria, estão Madagáscar, Lesoto, Suazilândia, Níger e África do Sul, alinhados no respeito pelos direitos humanos.

África do Sul foi o primeiro Estado do continente, e até agora o único, a legalizar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, em 2006.

Outro número espantoso deste século XXI é o facto de 76 países, 40% dos Estados-membros da Nações Unidas, ainda criminalizarem esta opção sexual.

Face a esta situação, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou que «cada pessoa tem o direito de gozar das mesmas regras elementares e de realizar uma vida sem discriminação baseada no valor e na dignidade».

A reação dos governos homofóbicos ficou-se, como era de esperar, pelo silêncio total.

CARLOS PINTO SANTOS

Entrevista a Miguel Prudêncio, investigador do IMM

Vários investigadores portugueses têm vindo a revelar-se e a serem distinguidos entre os cientistas empenhados nos esforços a nível mundial para o combate a doenças como a malária. A equipa de Miguel Prudêncio, que reúne cérebros com espírito de missão, procura com o apoio financeiro internacional alcançar uma vacina eficaz, capaz de minorar o sofrimento de milhares de pessoas que no mundo são vítimas desta endemia.

JOÃO CARLOS

«A nossa proposta é desenvolver uma vacina contra a malária»

ÁFRICA21. A sua equipa tem o apoio financeiro da Fundação Bill & Melinda Gates para o incremento da segunda fase de um projeto que visa estudar uma vacina contra a malária. Em que ponto está o projeto?

MIGUEL PRUDÊNCIO. Este é um projeto especificamente para o desenvolvimento de uma nova estratégia de vacinação contra a malária. Começou há cerca de três anos com financiamento inicial da Fundação Bill & Melinda Gates e durante estes últimos três anos realizámos um conjunto de experiências no sentido de demonstrar que a ideia que estávamos a propor para uma nova vacina era credível e funcional. Ao fim destes anos de trabalho submetemos os resultados à Fundação e ela achou que os resultados eram promissores e resolveu renovar o apoio e ampliá-lo, o que nos permite prosseguir com a investigação. Neste momento, o projeto encontra-se numa fase bastante crucial, porque nós realizámos um conjunto de ensaios, denominados pré-clínicos, utilizando modelos de laboratório, inclusivamente animais, e obtivemos um conjunto de resultados que são encorajadores.

Até onde pode ir esta investigação?

Até à obtenção de autorização para realizar ensaios clínicos em seres humanos. O que nós temos é uma ideia fora do vulgar em termos de uma estratégia possível para a vacinação contra a malária. Essa ideia baseia-se na utilização de parasitas da malária que não infetam seres humanos. A nossa proposta é desenvolver uma vacina contra a malária usando um parasita que infeta apenas roedores e não causa qualquer doença em humanos, mas que pode ser modificado geneticamente, de forma a ativar o sistema imunitário humano e ensiná-lo a combater o parasita da malária que infeta humanos.

O nosso objetivo agora é entrar numa fase de ensaios clínicos em seres humanos. Para isto precisamos de realizar algumas experiências adicionais para consolidar os resultados alcançados e obter o pacote pré-clínico que nos permite avançar para ensaios em humanos. Precisamos também que as autoridades regulatórias competentes analisem a nossa proposta e deem o aval e a respetiva autorização para a realização destes ensaios. Este financiamento de 1,2 mil milhões de



dólares (cerca de 900 mil euros) que obtivemos da Fundação destina-se precisamente a estes dois fatores principais.

A probabilidade de sucesso destes estudos é de uma percentagem alta ou média?

Isto é aquilo a que a própria Fundação Bill Gates chamou de um projeto de alto risco, mas que se funcionar terá uma elevada recompensa. Portanto, a probabilidade de tudo correr como o previsto não é muito elevada. Temos que ser realistas e perceber que isto é uma estratégia arrojada, diferente do habitual, mas que, por outro lado, caso se revele eficaz, é de extrema relevância. Eu diria que a probabilidade de nós conseguirmos avançar é bastante elevada, porque temos todas as experiências delineadas. Daqui para a frente, tudo depende dos resultados que obtivermos desses ensaios clínicos em seres humanos. Se forem bons e promissores, aí penso que temos uma margem de manobra muito grande pelo facto da Fundação ter expressado o seu interesse em continuar a apoiar o projeto. Se realizarmos ensaios em seres humanos e estes não se revelarem aquilo

que nós esperamos, aí vai ser preciso repensar a estratégia.

Este é mais um estudo, entre vários que existem a nível mundial. É de se considerar que estamos mais perto de uma vacina eficaz para o combate à malária?

A nível mundial, há esforços muito sólidos nesse sentido, uns em fase mais avançada do que outros. E inclusivamente há uma vacina que está em fase de licenciamento. A GlaxoSmithKline (GSK) anunciou em novembro de 2013 que ia pedir licenciamento à European Medicines Agency, em 2015, para a utilização da primeira vacina contra a malária no mundo, em 2016. O problema é que esta vacina tem uma eficácia muito reduzida, cerca de 30% a 40%. Portanto, está muito aquém do desejável. Há, inclusivamente, um debate na comunidade científica sobre a sua viabilidade. Mas isto significa que não se pode abrandar, de forma nenhuma, os esforços que estão a ser desenvolvidos no sentido de se encontrar vacinas mais eficazes.

Penso que é muito importante sermos realistas. Em qualquer dos casos estamos a falar de um

Tudo depende agora dos resultados que obtivermos nos ensaios clínicos em seres humanos